



**CBH Parnaíba**

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES**  
**Diretoria Provisória do CBH Parnaíba**

DEZEMBRO – 2018

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	2
2. COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA PROVISÓRIA, DO GRUPO AUXILIAR E GRUPO DE APOIO. ....	6
Quadro 1 - Diretoria Provisória e Grupo de Apoio – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.....	7
3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2018.....	8
Plano de Trabalho para a Diretoria Provisória do CBH Parnaíba .....	9
4. REGISTRO FOTOGRÁFICO .....	11
5. ANEXOS.....	15
RESOLUÇÃO CNRH Nº 194, DE 03 DE ABRIL DE 2018.....	16
DECRETO Nº 9.335, DE 5 DE ABRIL DE 2018 .....	17
PORTARIA MMA Nº 01, DE 12 DE JUNHO DE 2018 .....	19
DELIBERAÇÃO CBH PARNAÍBA nº 1/2018, de 25 de junho de 2018 .....	20

## 1. APRESENTAÇÃO

A Região Hidrográfica do Rio Parnaíba constitui-se em uma importante bacia localizada no Nordeste do Brasil. Possui área igual a 325.834,80 km<sup>2</sup>, dos quais 75,20% estão no Piauí, 19,79% no Maranhão e 5,01% no Ceará. Cabe destacar ainda que 51,73% da área total da bacia faz parte do semiárido brasileiro, presente nos Estados do Piauí e Ceará.

Esta bacia abrange, total ou parcialmente, 280 municípios, sendo 223 no Piauí, 38 no Maranhão e 19 no Ceará. Em 2010, a população da bacia, considerando os 280 municípios, era igual a 4,7 milhões de habitantes.

O rio Parnaíba, principal rio da bacia, possui extensão de aproximadamente 1.400 km e tem como principais afluentes o rio Balsas, pela margem esquerda, e os rios Uruçuí-Preto, Gurgueia, Piauí/Canindé, Poti, Longá e Piranji, pela margem direita, figura 1.

Os rios da bacia foram agrupados em três grandes regiões hidrográficas: Alto, Médio e Baixo Parnaíba. Considerando a importância dos rios principais e as características ambientais, as Sub-bacias de nível 1 foram divididas em outras sete Sub-bacias. Assim, no Alto Parnaíba têm-se as Sub-bacias dos rios: Balsas (Parnaíba 1), Alto Parnaíba (Parnaíba 2), Itaueiras (Parnaíba 3) e Gurgueia (Parnaíba 4); no Médio Parnaíba, encontramos as Sub-bacias dos rios Piauí/Canindé (Parnaíba 5) e Poti/Parnaíba (Parnaíba 6); já o Baixo Parnaíba é formado pela Sub-bacia do Longá/Parnaíba (Parnaíba 7).

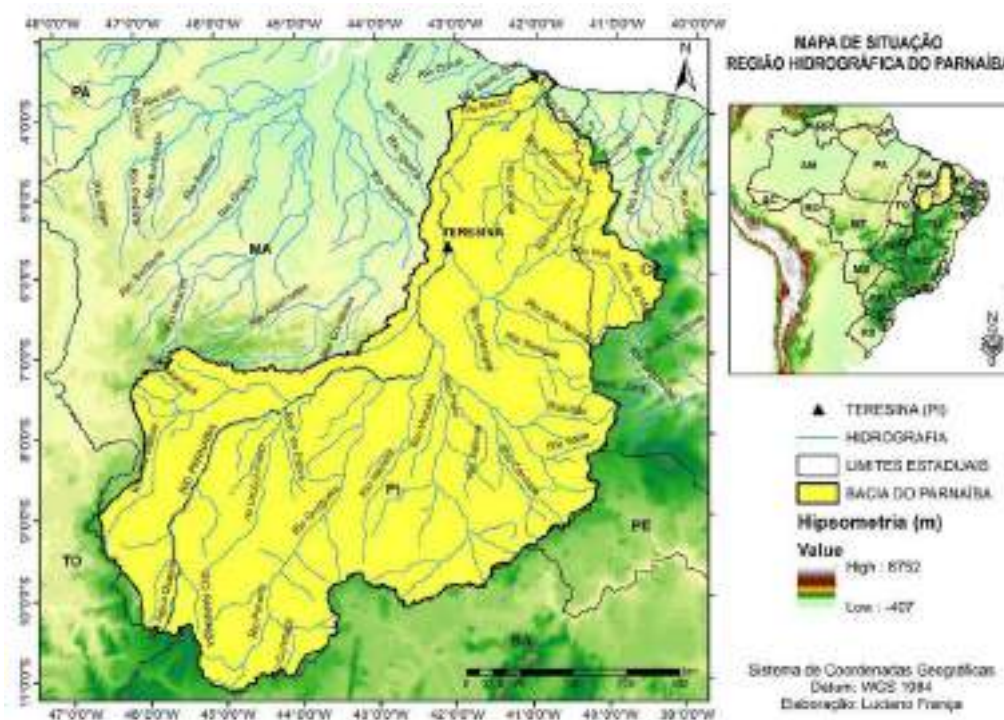


Figura 01: Localização da Região Hidrográfica do Rio Parnaíba.

Fonte: [www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-da-Bacia-do-Parnaiba-Piaui-com-hidrografia-ocorrente\\_fig21\\_324210740](http://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-da-Bacia-do-Parnaiba-Piaui-com-hidrografia-ocorrente_fig21_324210740)

Em relação às águas subterrâneas, os principais sistemas aquíferos presentes na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba são: Serra Grande, Cabeças e Poti-Piauí, os quais são usados sobretudo pelo Estado do Piauí. No semiárido, esses aquíferos representam a principal fonte de abastecimento de água para a população residente, já que a maioria dos rios dessa região é intermitente.

A Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba está quase que totalmente inserida na área delimitada como suscetível à desertificação, sendo a região Sudoeste do Estado do Piauí a principal área de degradação, abrangendo sete municípios, sendo o Município de Gilbués o mais atingido. A bacia apresenta ainda diversos problemas de erosão e consequentemente alto grau de assoreamento de leitos de rios, sobretudo nos trechos médio e baixo dos cursos d'água principais, sendo tais problemas consequências de fatores naturais e antrópicos. Esta bacia tem potencial de geração de energia de 1.487 MW, sendo que desse total 947 MW estão em fase de estudos de inventário e 225 MW correspondem ao aproveitamento hidrelétrico em operação na Barragem de Boa Esperança.

Em relação ao transporte hidroviário, apenas dois rios são considerados navegáveis: o próprio rio Parnaíba, em dois trechos distintos (da foz até a barragem de Boa Esperança e da barragem até o Município de Santa Filomena); e, o rio Balsas, que é um dos principais afluentes do Parnaíba pela margem esquerda. Os maiores obstáculos para a navegação nesses rios são os bancos de areia e os afloramentos rochosos. No caso do rio Parnaíba, tem-se ainda a barragem de Boa Esperança implantada no Município de Guadalupe, que gerou um desnível de 47 m e que não teve concluída as suas eclusas, paralisadas há mais de 30 anos, com cerca de 80% das estruturas executadas.

Quanto ao saneamento ambiental, especificamente ao abastecimento de água, destaca-se que cinco municípios da bacia não dispõem de serviço de rede geral de distribuição de água. Dentre os municípios que possuem rede de distribuição, apenas 68,36% tratam totalmente a água que distribuem; 10,18% tratam parcialmente; enquanto, 21,46% distribuem água sem qualquer tipo de tratamento. Ressalta-se que as redes existentes não atendem toda a população dos municípios e que parte significativa da população da bacia, sobretudo no semiárido, utiliza água subterrânea, como fonte principal de abastecimento. Quanto ao esgotamento sanitário, verifica-se que 90,71% dos municípios não dispõem de rede coletora de esgotos sanitários e nesses municípios as principais alternativas para destinação dos esgotos são os sistemas compostos por fossas sépticas e sumidouros, representando 93,31%. Ainda existem 6,69% destes municípios que usam valas a céu aberto, fossas secas e/ou fossas rudimentares como alternativa para tal destinação.

Embora a maior parte dos municípios da bacia possua coleta regular de resíduos sólidos, estes são destinados inadequadamente, acarretando em poluição do solo e dos corpos d'água. A coleta domiciliar de resíduos é regular em 95% dos municípios da bacia, contudo esta não abrange todos os domicílios. O vazadouro a céu aberto (lixão) ainda é a principal destinação (95,71%).

Existem 357 estações de monitoramento das águas superficiais nesta bacia, sendo 112 estações fluviométricas, das quais 84 estão localizadas no Piauí, 15 no Maranhão e 13 no Ceará; 172 estações pluviométricas; 60 estações de monitoramento da qualidade da água; e, 13 estações sedimentométricas. Apesar da existência de uma rede de monitoramento da qualidade da água, operada tanto pela Agência Nacional de Águas - ANA quanto por outras instituições, esta rede ainda não possui a amplitude, bem como quantidade e qualidade de dados suficientes para uma análise mais aprofundada sobre a qualidade das águas superficiais de toda a bacia.

Um dos indicadores para avaliação da qualidade de águas superficiais é o Índice de Poluição Orgânica (IPO). Este é medido pela relação entre a carga orgânica lançada e a carga orgânica máxima permissível, de modo a avaliar a capacidade dos cursos d'água em assimilar as cargas poluidoras orgânicas.

Conforme ANA (2012), baseada em dados de 2010, os rios da margem direita do rio Parnaíba, sobretudo nas Sub-Bacias do Médio e Baixo Parnaíba, apresentam baixos valores de IPO, o que pode ser justificado pelo regime de intermitência desses rios; os trechos de rios da bacia do Canindé/Piauí apresentam IPO classificado como “razoável”; a bacia do rio Poti, que corta Teresina, apresenta trechos com IPO nas classes “ruim” ou “péssima”; trechos de rios da bacia do Longá apresentaram IPO nas classes “péssima”, “ruim” ou “razoável”. Por outro lado, o rio Parnaíba apresentou IPO na classe “ótima”, desde suas nascentes até Teresina, quando em consequência de esgotos domésticos da capital, o trecho de jusante de Teresina até a foz, tem IPO de classe “razoável”.

De acordo com o Sistema de Informações de Águas Subterrâneas – SIAGAS da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, estão instalados 18 (dezoito) poços da Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas – RIMA, todos no Estado do Piauí. Essa rede visa, dentre outras atividades, realizar monitoramento permanente e contínuo dos aquíferos do Brasil, com vistas a identificar impactos às águas subterrâneas e estimar a disponibilidade dos recursos hídricos subterrâneos.

Em relação às demandas e aos usos múltiplos dos recursos hídricos, a vazão total de água retirada da bacia em 2010 foi de 50,9 m<sup>3</sup>/s, o que representa 2% da demanda nacional. Trata-se de vazão relativamente baixa, se comparada com a vazão das outras bacias hidrográficas. A irrigação (37,4 m<sup>3</sup>/s) e o abastecimento humano urbano (8,0 m<sup>3</sup>/s) constituem-se nos usos de maior demanda.

Quanto à disponibilidade hídrica, a Região Hidrográfica do Parnaíba apresenta grandes diferenças inter-regionais, sendo que as regiões mais distantes do litoral, da Zona da Mata e da calha do rio Parnaíba têm na escassez de água um dos motivos para os baixos índices de desenvolvimento econômico e social, verificados historicamente nessas áreas. Contudo, a região possui aquíferos que representam o maior potencial de exploração do Nordeste, os quais podem estar disponíveis, desde que explorados de forma sustentável.

A vazão média da bacia é igual a  $767\text{m}^3/\text{s}$ , sendo a vazão específica de  $2,3\text{ L/s/km}^2$ . A bacia apresenta uma disponibilidade hídrica (Q95) igual a  $379\text{m}^3/\text{s}$ , o que representa 0,42% da disponibilidade do Brasil em águas superficiais. Os reservatórios têm papel importante na garantia de oferta de água na bacia, sobretudo na região do semiárido. Quanto às águas subterrâneas, a disponibilidade hídrica estimada pela ANA (2012) é de  $227\text{ m}^3/\text{s}$ .

Os conflitos pelo uso dos recursos hídricos referem-se principalmente à rizicultura e à pesca que ocorrem às margens do rio Parnaíba na região do Baixo Parnaíba e nas lagoas marginais entre os rios Parnaíba e Longá; e, à navegação e à geração de energia elétrica também no rio Parnaíba.

Já em relação à implementação dos instrumentos de gestão estabelecidos pela Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei nº 9.433/1997, verifica-se um desnivelamento entre os órgãos estaduais responsáveis pela gestão dos recursos hídricos na bacia.

Com a criação do CBH Parnaíba, pelo Decreto nº 9.335/2018, anexo 2, espera-se a ampliação das discussões sobre os recursos hídricos na região; bem como, a contribuição das Instituições que compõem o Comitê para dirimir os potenciais conflitos, inclusive os relativos aos Comitês de Bacias de cursos de água tributários existentes.

A instalação do Comitê, que envolve o processo de mobilização e cadastramento das Instituições para a eleição da Diretoria Definitiva e aprovação de seu Regimento Interno, propiciará a elaboração e aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba. Este Plano contemplará especialmente as metas de racionalização de uso e aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis, fundamentais para planejamento da região que se caracteriza pela escassez de recursos hídricos superficiais.

Além disso, o Plano estabelecerá as medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento das metas previstas; prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos; diretrizes e critérios para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos; e, propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos existentes na Bacia.

## 2. COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA PROVISÓRIA, DO GRUPO AUXILIAR E GRUPO DE APOIO.

A Resolução CNRH nº 194, de 03 de abril de 2018, anexo 1, que aprovou a proposta de instituição do CBH Parnaíba, estabeleceu que a Diretoria Provisória do Comitê poderá ser auxiliada por um Grupo Auxiliar formado por 03 (três) representantes, sendo um de cada Estado que compõe a região hidrográfica da bacia, respeitada a representatividade dos segmentos.

Atendendo ao disposto na Resolução 194/2018, foi publicada a Portaria MMA nº 01, de 12 de junho de 2018, anexo 3, designando os membros da Diretoria Provisória e do Grupo de Auxiliar.

O Presidente Interino do CBH PARNAIBA, juntamente com a Secretaria Executiva, assinaram a Deliberação nº 01, de 25 de junho de 2018, (Anexo 4), instituindo o Grupo de Apoio, formado por 03 (três) representantes dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, considerando os segmentos de poder público, usuários e sociedade civil, e 01 (um) representante da Secretaria de Recurso Hídricos e Qualidade Ambiental do MMA e outro da Agência Nacional de Águas – ANA.

Desta forma, após as definições por Estados, a Diretoria Provisória, juntamente com o Grupo Auxiliar e Grupo de Apoio, ficou constituída conforme Quadro 1.



Quadro 1 - Diretoria Provisória e Grupo de Apoio – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL	FUNÇÃO
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí - REAPI	(86) 99813-2000	avelaramorim@bol.com.br	PRESIDENTE INTERINO
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	(86) 3215-0162	talita.salomao@codevasf.gov.br	SECRETÁRIA INTERINA
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	(86) 99944-9386	mamorimoura@gmail.com	AUXILIAR (USUÁRIO)
04	José Sabino da Rocha Filho	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	(98) 98143-6843	sabino@sema.ma.gov.br	AUXILIAR (GOVERNO)
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	(88) 99209-6085	nilce14souza@gmail.com	AUXILIAR (SOCIEDADE CIVIL)
06	Roseli dos Santos Souza	Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental / Ministério do Meio Ambiente - SRHQ/MMA	(61) 2028-2052	roseli.souza@mma.gov.br	GRUPO DE APOIO - SRHQ/MMA
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas - ANA	(61) 2109-5345	wagner.vilella@ana.gov.br	GRUPO DE APOIO - ANA
08	Francisco Teobaldo Gonçalves Marques	Associação dos Usuários de Água do Açude Carnaubal – ASSUSA	(85) 99776-1316	teobaldogmarques@gmail.com	GRUPO DE APOIO - CE - USUÁRIO
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE	(88) 99954-6864	carlos.dias@ematerce.ce.gov.br, frandias@globo.com	GRUPO DE APOIO – CE - GOVERNO
10	João Moita de Oliveira	Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção da Serra da Ibiapaba	(88) 99941-6959	joaomoitaadv@gmail.com	GRUPO DE APOIO – CE – SOCIEDADE CIVIL
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	(98) 98778-3503	chaguinhapjbm@gmail.com	GRUPO DE APOIO – MA – SOCIEDADE CIVIL
12	José Ivo Gonçalves Sousa	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	(98) 99151-1382/ 8143-6843	ivobio@bol.com.br	GRUPO DE APOIO – MA - GOVERNO
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão CAEMA	(98 ) 99144-2341	thiago.henrique17@gmail.com	GRUPO DE APOIO – MA – USUÁRIO
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	(86) 99801-0015	gilbervalvieira13@hotmail.com	GRUPO DE APOIO – PI – SOCIEDADE CIVIL
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	(86) 99801-0015	rogerjacob@hotmail.com	GRUPO DE APOIO – PI – USUÁRIO
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	(86) 99945-3815	cesar.nogueira@embrapa.br	GRUPO DE APOIO – PI - GOVERNO



### 3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2018

**03 de abril de 2018** - CNRH aprova a Resolução nº 194 que institui o CBH PARNAÍBA;

**05 de abril de 2018** – O Presidente da República assina o Decreto Presidencial nº 9.335 criando o CBH PARNAÍBA;

**29 de maio de 2018** – Realizada reunião, na sede da CODEVASF, em Teresina-PI, da Diretoria Provisória com os senhores, Wagner Vilela, Volney Júnior e Osman Silva, representantes da ANA. Na ocasião foi apresentado o Plano de Mobilização para a Instalação do CBH PARNAÍBA elaborado por membros da então Comissão PRÓ-CBH PARNAÍBA.

**27 de julho de 2018** – Realização da Cerimônia de Posse da Diretoria Provisória e Auxiliares do CBH PARNAÍBA, com a presença do Ministro de Meio Ambiente e do Secretário Executivo do CNRH. Ocorrida no auditório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, na cidade de Timon-MA. Após a cerimônia de posse, realizou-se uma reunião da Diretoria Provisória com os Auxiliares, na sede da CODEVASF, Teresina-PI, com os representantes da ANA, Sr. Wagner Vilela, a fim de tratar sobre as etapas de trabalho da Diretoria Provisória do CBH – Parnaíba.

**05 e 06 de setembro de 2018** – Realização da primeira reunião da Diretoria Provisória, juntamente com o Grupo de Auxiliares e de Apoio, Auditório da 7ª SR da CODEVASF – Teresina – PI, para tratar da seguinte pauta:

- Apresentação dos membros da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio;
- Atividades e responsabilidades da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio;
- Proposta de cronograma para a instalação do CBH Parnaíba;
- Agenda de trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio;
- Estratégias para a mobilização social para a instalação do CBH Parnaíba; e
- Encaminhamentos.

Plano de Trabalho para a Diretoria Provisória do CBH Parnaíba

Atividade	2018				2019					
	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
<b>Contratação da Mobilização Social</b>										
Minuta dos Termos de Referência										
Revisões, ajustes e aprovação pelo Grupo de Apoio										
Processo licitatório (Técnica e Preço)										
<b>Elaboração do Regimento Interno</b>										
Estrutura, organização e regras de funcionamento										
Composição										
<b>Mobilização Social</b>										
Treinamento dos mobilizadores										
Visita dos mobilizadores aos municípios										
Seminários Regionais										
Descida do rio (avaliar no decorrer do processo)										
<b>Processo Eleitoral</b>										
Definição das normas e procedimentos eleitorais										
Preparar calendário eleitoral										
Habilitação de usuários, organizações civis e prefeituras										
Plenárias setoriais										
<b>Posse dos Membros e Eleição da Diretoria</b>										
<b>Reuniões da Diretoria e do Grupo de Apoio</b>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

## **Programação das Reuniões da Diretoria Provisória para o ano de 2018**

<b>ENCONTRO</b>	<b>DATA</b>
<b>2ª Reunião</b>	1º e 02 de Outubro
<b>3ª Reunião</b>	30 e 31 de Outubro
<b>4ª Reunião</b>	29 e 30 de Novembro
<b>5ª Reunião*</b>	17 e 18 de Dezembro

\*A data da 5ª Reunião será confirmada na 4ª Reunião.

**01 e 02 de outubro de 2018** - Realização da segunda reunião da Diretoria Provisória, juntamente com o Grupo de Auxiliares e de Apoio, Auditório da 7ª SR da CODEVASF – Teresina – PI, para tratar da seguinte pauta:

- Diagnóstico da Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba;
- Andamento das tratativas para assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o CBH Parnaíba e o CBH São Francisco;
- Planejamento para realização do I Encontro Interestadual sobre a Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, que ocorrerá em Bom Jesus/PI, entre os dias 20 a 22/11/2018;
- Indicação de representantes do CBH Parnaíba para o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas;
- Realização de reunião entre o CBH Parnaíba e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE;
- Apresentação e discussão da minuta de Termo de Referência para contratação, pela Agência Nacional de Águas – ANA, da mobilização social objetivando instalar o CBH Parnaíba; e
- Encaminhamentos.

**30 e 31 de outubro de 2018** - Realização da terceira reunião da Diretoria Provisória, juntamente com o Grupo de Auxiliares e de Apoio, Auditório da 7ª SR da CODEVASF – Teresina – PI, para tratar da seguinte pauta:

- Nivelamento sobre Comitês de Bacia Hidrográfica, para subsidiar a discussão do Regimento Interno do CBH Parnaíba;
- Início das discussões sobre o Regimento Interno do CBH Parnaíba;
- Indicação de representantes do CBH Parnaíba para o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas; e
- Outros assuntos.

**29 e 30 de novembro de 2018** - Realização da quarta reunião da Diretoria Provisória, juntamente com o Grupo de Auxiliares e de Apoio, Auditório do Centro de Educação Ambiental – CEA, da SEMAR – Teresina – PI, para tratar da seguinte pauta:

- Conclusão do Regimento Interno do CBH Parnaíba;
- Outros assuntos

#### 4. REGISTRO FOTOGRÁFICO

##### **29 de maio de 2018**

– Reunião, na sede da CODEVASF, em Teresina-PI, da Diretoria Provisória com os senhores, Wagner Vilela, Volney Júnior e Osman Silva, representantes da ANA.



##### **27 de julho de 2018**

– Realização da Cerimônia de Posse da Diretoria Provisória e Auxiliares do CBH PARNAÍBA, com a presença do Ministro de Meio Ambiente e do Secretário Executivo do CNRH.





– Realização de reunião da Diretoria Provisória e auxiliares, na sede da CODEVASF, Teresina-PI, com os representantes da ANA, Sr. Wagne Vilela.



### **05 e 06 de setembro de 2018**

– Realização da primeira reunião da Diretoria Provisória, juntamente com o Grupo de Auxiliares e de Apoio, Auditório da 7ª SR da CODEVASF – Teresina – PI.





### **01 e 02 de outubro de 2018**

- Realização da segunda reunião da Diretoria Provisória, juntamente com o Grupo de Auxiliares e de Apoio, Auditório da 7ª SR da CODEVASF – Teresina – PI.



### **30 e 31 de outubro de 2018**

- Realização da terceira reunião da Diretoria Provisória, juntamente com o Grupo de Auxiliares e de Apoio, Auditório da 7ª SR da CODEVASF – Teresina – PI.



**29 e 30 de novembro de 2018**

- Realização da quarta reunião da Diretoria Provisória, juntamente com o Grupo de Auxiliares e de Apoio, Auditório do Centro de Educação Ambiental – CEA, da SEMAR, Teresina-PI.





## 5. ANEXOS

- Anexo 1 - Resolução CNRH Nº 194, DE 03 DE ABRIL DE 2018, Aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, e dá outras providências.
- Anexo 2 - Decreto Nº 9.335, de 5 de abril 2018 - Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, com área de atuação localizada nos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará.
- Anexo 3 – Portaria MMA 01, de 12 de junho de 2018 – Designa os membros da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.
- Anexo 4 - Deliberação CBH PARNAÍBA Nº 1, DE 25 DE JUNHO DE 2018 – Institui o Grupo de Apoio à Diretoria Provisória do CBH Parnaíba.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

**RESOLUÇÃO CNRH Nº 194, DE 03 DE ABRIL DE 2018**

(PUBLICADA NO D.O.U EM 04/04/2018) (PUBLICADA NO D.O.U EM 05/04/18 - retificação)

*Aprova a proposta de instituição do  
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio  
Parnaíba, e dá outras providências.*

**O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA nº 437, de 8 de novembro de 2013, e

Considerando o artigo 4º da Lei nº 9.433, de 1997, que estabelece que a União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum;

Considerando a Resolução CNRH n. 5, de 11 de abril de 2000, que estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica e a Resolução CNRH nº 109, de 13 de abril de 2010, que estabelece procedimentos complementares para a criação e acompanhamento dos Comitês de Bacia;

Considerando o processo SEI n. 02000.002397/2018-37 que contém toda a documentação apresentada para a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba – CBH Parnaíba.

Considerando o posicionamento favorável da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, consubstanciado por meio do Parecer 53/2018 - MMA, de 06 de março de 2018;

Considerando a assinatura do Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba pela União e estados do Piauí, Ceará e Maranhão; e

Considerando que o Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, apresenta definição de atribuições compartilhadas; definição do arranjo institucional; e garantia do funcionamento do Comitê e de sua secretaria-executiva, resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

Parágrafo único. A instituição do CBH Parnaíba será efetivada por ato do Presidente da República.

Art. 2. A Diretoria Provisória poderá ser auxiliada por um representante de cada estado na área da bacia, respeitando a representatividade dos segmentos.

Parágrafo único. A indicação dos representantes de que trata o caput se dará em plenária das subcomissões dos respectivos estados.

Art. 3. O CNRH no âmbito de sua competência criará um Grupo de Trabalho de acompanhamento do CBH Parnaíba até a eleição da diretoria definitiva.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**SARNEY FILHO**  
Presidente do CNRH

**JAIR VIEIRA TANNÚS JUNIOR**  
Secretário-Executivo

**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

DECRETO Nº 9.335, DE 5 DE ABRIL DE 2018

**Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do  
Rio Parnaíba, com área de atuação localizada  
nos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 37 ao art. 40 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, com as seguintes competências:

I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;

IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

V - propor ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, as derivações, as captações e os lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; e

VII - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Parágrafo único. A área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, localizada nos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, cujo rio principal é de domínio da União, é definida pelos limites geográficos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, cuja área de drenagem é de 325.834,80 Km<sup>2</sup>.

Art. 2º O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba será composto por representantes:

I - da União;

II - dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará;

III - dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;

IV - dos usuários das águas de sua área de atuação; e

V - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

§ 1º O número de representantes, titulares e suplentes, e os critérios para sua escolha e indicação serão estabelecidos no regimento interno do Comitê, observado o disposto no [art. 39 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), e nas diretrizes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

§ 2º O processo de escolha dos integrantes do Comitê será público, com ampla e prévia divulgação.

§ 3º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 3º O funcionamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba será definido em regimento interno, nos termos do disposto na [Lei nº 9.433, de 1997](#).

Parágrafo único. O regimento interno do Comitê será aprovado por seus membros e publicado no Diário Oficial da União.

Art. 4º As reuniões do Comitê serão públicas e sua convocação amplamente divulgada.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHELTEMER  
*José Sarney Filho*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 6.4.2018

\*



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

**PORTARIA MMA Nº 01, DE 12 DE JUNHO DE 2018**

(Publicada no DOU, em 15.06.18, S.1, p.52)

(Retificação do art.2, inciso III, publicada no DOU, em 22.06.18)

**O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos Decretos nºs 4.613, de 11 de março de 2003 e 9.335, de 5 de abril de 2018, e o que consta do Processo nº 02000.002397/2018-37, resolve:

Art. 1º Designar os membros da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, nos termos do art. 11, § 1º da Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000, a seguir indicados, para coordenar a organização e implantação do Comitê, conforme § 2º do art. 11 da Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000:

I - Presidente Interino: Avelar Damasceno Amorim - Rede Ambiental do Piauí - REAPI; e

II - Secretária Interina: Talita Salomão de Oliveira - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba-CODEVASF.

Art. 2º Designar um representante das subcomissões dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, a seguir indicados, para auxiliar nos trabalhos da diretoria provisória, conforme art. 2º, parágrafo único, da Resolução CNRH nº 194, de 03 de abril de 2018:

I - Marcelo Amorim de Moura, Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI, representando o segmento dos usuários.

II - José Sabino da Rocha Filho, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA, representando o segmento governamental.

III - Antônia Nilce Pereira de Souza, Associação dos Professores de Independência do Ceará – APROFI, representando o segmento da sociedade civil.

Art. 3º A participação na Diretoria Provisória será considerada prestação de serviço público relevante e não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR**

Secretário Executivo do CNRH

## DELIBERAÇÃO CBH PARNAÍBA nº 1/2018, de 25 de junho de 2018

### DELIBERAÇÃO CBH Parnaíba nº 01/2018, de 25 de Junho de 2018

*Institui o Grupo de Apoio à Diretoria Provisória do CBH Parnaíba.*

A Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, instituído pelo Decreto do Presidente da República nº 9.335, de 05 de abril de 2018, a partir de proposta aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos por meio da Resolução CNRH nº 194, de 3 de abril de 2018, no uso de suas atribuições conferidas pela Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000, e

Considerando o Acordo de Cooperação Técnica para Gestão Integrada das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, celebrado em 28 de fevereiro de 2018, entre a Agência Nacional de Águas - ANA, os Estados do Piauí, Maranhão e Ceará e os Comitês com atuação na bacia hidrográfica do rio Parnaíba;

Considerando a necessidade de promover a mobilização da sociedade civil, dos setores usuários e das instituições públicas que atuam na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba;

Considerando a necessidade de coordenar o processo eleitoral e conduzir os procedimentos de escolha dos membros dos segmentos dos usuários, das organizações civis e do poder público municipal, para a instalação do CBH Parnaíba;

Considerando a necessidade de elaborar a proposta de Regimento Interno do CBH Parnaíba.

#### DELIBERA:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Apoio à Diretoria Provisória do CBH Parnaíba, para apoiar a coordenação da mobilização e do processo eleitoral, auxiliar na definição de procedimentos e critérios para o processo de escolha e indicação dos membros do Comitê e elaborar proposta de Regimento Interno, a ser aprovada pela Diretoria Provisória e ratificado pelos membros do Comitê.

Art. 2º O Grupo de Apoio de que trata o Art. 1º será constituído por 11 membros, sendo:

I - três representantes de cada estado na área da bacia, respeitada a representatividade dos segmentos dentro de cada estado;

II – um representante da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; e

III – um representante da Agência Nacional de Águas.

§ 1º. Os representantes mencionados no inciso I do *caput* deste artigo serão indicados pelas Subcomissões Pró-CBH Parnaíba dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará.

§ 2º. O Grupo de Apoio permanecerá constituído até a data de posse dos membros e da Diretoria do CBH Parnaíba.



Taís de Oliveira



Art. 3º São atribuições do Grupo de Apoio:

I – executar as diretrizes da Diretoria Provisória com vistas à organização e realização do processo de instalação do Comitê;

II – apoiar o processo de mobilização das organizações civis, dos setores usuários e das instituições públicas que atuam na bacia;

III – elaborar e encaminhar para aprovação da Diretoria Provisória a proposta de normas, procedimentos e critérios para o processo de indicação ou eleição dos membros do Comitê;

IV – propor o calendário para a realização do processo de indicação ou eleição dos membros do Comitê, no qual devem estar estabelecidos os prazos legais e eventos do processo, encaminhando-o à aprovação da Diretoria Provisória;

V – elaborar os textos dos editais de convocação para as diversas etapas do processo de indicação ou eleição dos membros do Comitê, encaminhando-os à Diretoria Provisória para aprovação e devida publicidade;

VI – apoiar o processo de habilitação dos usuários e organizações civis no CBH Parnaíba e de credenciamento dos representantes destes segmentos concorrentes as vagas de membro do Comitê;

VII – apoiar a condução do processo de indicação ou eleição dos membros do Comitê, do poder público municipal, dos segmentos usuários e das organizações civis;

VIII – elaborar a proposta de regimento interno do Comitê; e

IX – encaminhar a minuta de regimento interno final para aprovação da Diretoria Provisória.

Art. 4º Os trabalhos do Grupo de Apoio serão acompanhados, orientados e supervisionados pela Diretoria Provisória.

Art. 5º Após a conclusão do processo eleitoral, o Grupo de Apoio deverá encaminhar toda a documentação do processo ao Presidente Interino do CBH Parnaíba.

Art. 6º Esta deliberação entra em vigor na data de sua assinatura.

	
Avelar Damasceno Amorim Presidente Interino	Talita Salomão de Oliveira Secretária Interina